

PROGRAMA

O que defendemos?

Manifesto Eleitoral do PPM para as eleições legislativas de 5 de Junho de 2011 (síntese)

A Crise do Regime Republicano - O Partido Popular Monárquico apresenta-se a estas eleições legislativas num momento em Portugal vive hoje uma das piores crises da sua longa História. O crescimento económico do país é pior desde a I Guerra Mundial, a taxa de desemprego é a mais alta dos últimos 80 anos, a dívida pública é a mais elevada dos últimos 160 anos, estamos a viver a 2.ª maior vaga emigratória da nossa História, a dívida externa atingiu os 400 mil milhões de euros e os cofres do Estado estão completamente vazios.

Em virtude desta enorme hecatombe, o País perdeu os últimos vestígios da sua soberania nacional e encontra-se presentemente sob administração económica e política internacional. Importa, por isso, restaurar a independência nacional. Importa, também, penalizar quem nos colocou nesta situação, que não são outros que os partidos que nos governaram nos últimos 16 anos e assinaram este Memorando de Entendimento com a Troika, hipotecando assim a independência nacional: o PS, o PSD e o CDS.

É tempo de mudar! É tempo de votar a favor de Portugal! É tempo de votar PPM!

PARTIDO POPULAR MONARQUIACO

PARTIDO POPULAR MONARQUIACO

Nestas Eleições, o PPM defende as seguintes políticas de restauração nacional:

1. Combate à despesa pública e ao endividamento – O PPM defende o Corte radical na despesa pública, eliminando no processo institutos, fundações, parcerias público-privadas, empresas municipais, grandes obras públicas, a frota automóvel da administração pública e todos os desperdícios e excessos de cada uma das 13 740 entidades públicas. Defendemos ainda a reestruturação do sector empresarial do estado, área que queremos auditar de forma rigorosa e reorganizar globalmente, estancando os défices crónicos.

2. Crescimento económico e aumento da competitividade – Defendemos o apoio às empresas nacionais, reduzindo-lhes a carga fiscal, concedendo-lhes linhas de crédito, auxiliando a sua expansão para os mercados internacionais e alterando a regulação laboral no sentido de motivar a oferta de emprego no sector privado;

3. Criação de Emprego – O PPM defende a alteração da regulação laboral, no sentido de motivar a criação de emprego no sector privado, a extinção da figura da nomeação política em toda a administração - no sentido de implementar o concurso público universal (ganha o portador das melhores competências e não o membro do partido) – e a recuperação do potencial da oferta de emprego no sector agrícola;

4. Programa de Privatizações – O PPM discorda do programa de privatizações contido no Memorando de Entendimento e, de forma ainda mais acentuada, do previsto no programa do PSD. Não admitimos a privatização de sectores como a TAP, a Caixa Geral de Depósitos, os CTT, a REN ou as Águas de Portugal. Consideramos que são sectores essenciais para o exercício da nossa soberania. No caso do BPN, estamos de acordo com a sua venda, tal como estabelece o Memorando de Entendimento.

PARTIDO POPULAR MONARQUIACO

5. Educação – Reposição dos níveis de exigência no sector educativo, recuperação da autoridade do professor, desburocratização da actividade docente e melhoria dos currículos escolares no sentido de os tornar mais actualizados e apelativos.

Reforçaremos o ensino da História de Portugal. Por fim, defendemos o congelamento do aumento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, no sentido de evitar a quebra de qualidade no ensino secundário e o aumento dos níveis de indisciplina nas escolas;

6. Ecologia – O PPM fundou, em 1974, o discurso ecológico em Portugal. Esta área continua a ser uma grande prioridade do nosso programa, do qual consta o reforço de protecção do meio natural e a sua recuperação em grandes zonas do país. Vetaremos, como fizemos no início da década de oitenta, o recurso à energia nuclear em Portugal (os liberais querem relançar este debate em Portugal);

7. Agricultura – Recuperação da velha proposta do PPM de revalorização do sector agrícola português através da compra de terras por parte do Estado no interior do país e da sua posterior redistribuição por jovens agricultores enquadrados no sector cooperativo (só seria efectiva após 2 décadas de exploração efectiva e ininterrupta). Portugal só produz 27% dos alimentos que consome. Desta forma, recuperava-se a capacidade produtiva da agricultura nacional, combatia-se o desemprego e repovoava-se o interior do país;

8. Pescas – Portugal apenas captura 40% do peixe que consome, embora tenha uma da maior ZEE do mundo. O PPM propõe que se incremente a pesca a grande profundidade, se aumente a capacidade do sector da aquacultura, se incremente a fiscalização das águas nacionais e se adquiram direitos de pesca no exterior. Portugal já foi a 14.^a potência mundial neste sector (somos actualmente a 100.^o) e o país necessita de voltar à sua verdadeira dimensão e capacidade neste sector;

9. Justiça – O PPM dará completa independência ao poder judicial, colocando a polícia judiciária sob a tutela exclusiva do ministério público. Reduziremos drasticamente todos

PARTIDO POPULAR MONARQUIACO

os prazos judiciais. Expurgaremos todos os procedimentos de complexidades inúteis e aumentaremos significativamente a duração e severidade das penas. O crime não pode compensar em Portugal;

10. Segurança – O PPM defende a fusão da PSP, da GNR e da Polícia Marítima (anexando também as competências do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) numa única grande força policial sobre a dependência do Ministério da Administração Interna. Queremos diminuir a duplicação do esforço logístico, eliminar as dificuldades de coordenação da política de segurança, integrar meios, unificar a base de dados e promover sinergias. O objectivo é aumentar a capacidade de combate ao crime, diminuir o nível de despesas de carácter exclusivamente administrativo e aumentar as condições de segurança das populações.

A percentagem de agentes presentes no terreno – os chamados operacionais - continua a ser incrivelmente baixa. Queremos retirar os polícias de todas as funções que não sejam exclusivamente policiais e operativas (eliminando o pessoal administrativo e logístico).

11. Saúde – O PPM defende a manutenção do serviço nacional de saúde, pese embora reconheça a urgência de diminuir o seu galopante endividamento. Defendemos, por isso, a profissionalização da gestão hospitalar, uma grande contenção nas despesas de funcionamento, a redução drástica da margem de lucro das farmácias, a generalização da venda de medicamentos em unidose, a redução drástica do recurso ao pagamento de horas extraordinárias, o aumento das normas de verificação da assiduidade do pessoal médico e o incremento da utilização dos genéricos. Somos contra a introdução das taxas moderadoras e queremos atacar de frente o crónico problema da falta de médicos, procedendo a um grande aumento das vagas dos cursos de medicina (enfrentando assim o poderoso lóbi corporativo dos médicos);

12. Cultura - Manteremos o Ministério da Cultura e incrementaremos mesmo a recuperação do nosso património material e imaterial. Criaremos programas politicamente neutros de apoio à actividade cultural e promoveremos a cultura e a língua portuguesa no mundo. Muito concretamente, alargar-se-á o horário de abertura

PARTIDO POPULAR MONARQUIACO

dos museus aos fins-de-semana, no sentido de permitir o seu acesso a toda a população portuguesa e também aos turistas que nos visitam;

13. Comunidades Portuguesas – Fortaleceremos a ligação do país com os emigrantes e os seus descendentes. Queremos apoiar as comunidades portuguesas, mas também contar com eles para recuperar economicamente o país. Eles podem promover e adquirir produtos nacionais nas suas comunidades de integração e até - aqueles que possuem essa capacidade - investir na actividade produtiva nacional. Contamos com a nossa comunidade nestas circunstâncias dramáticas;

14. Defesa – Portugal gasta quase 3 mil milhões de euros na defesa e possui um corpo de oficiais demasiado numeroso para os poucos mais que 40 mil homens que integram as Forças Armadas. Por outro lado, participa num conjunto vasto de operações no exterior (Líbano, Bósnia, Afeganistão, etc.) e detém um também extenso conjunto de responsabilidades no âmbito da estrutura de defesa da NATO;

O PPM defende o abandono das missões militares no exterior, a redução significativa do corpo de oficiais e a definição de uma nova prioridade estratégica para o país: a defesa e fiscalização dos 4 milhões de Km² da ZEE e da Plataforma Continental (uma área de jurisdição maior que a Índia) que estão sobre jurisdição nacional. Esta concepção implicará a diminuição do exército em detrimento do aumento da capacidade da marinha e da força aérea;

15. Política Externa – O PPM defende o fim das ligações de proximidade diplomática com regimes não democráticos, tal como foram desenvolvidas pelo Governo Socialista na Venezuela, na Líbia ou na Tunísia. Queremos retomar uma política externa assente no primado da ética e dos valores da democracia, da liberdade, do respeito pelos direitos humanos e do direito internacional. As grandes prioridades que defendemos para a política externa passam pelo reforço das nossas ligações à CPLP e por um esforço de reconfiguração da União Europeia como um espaço de cooperação e solidariedade entre Estados soberanos iguais;

PARTIDO POPULAR MONARQUIACO

16. Poder Local – Muitos dos concelhos portugueses são anteriores à própria formação da nacionalidade e por isso possuem identidades muito marcadas. Não entender isto significa desconhecer a natureza da História de Portugal. É por isso surpreendente que PS, PSD e CDS se tenham comprometido a extinguir freguesias e concelhos portugueses. O PPM defenderá, com todos os seus recursos, a identidade local das nossas freguesias e concelhos portugueses. O que defendemos é o fim do endividamento dos nossos municípios e o fim do processo de expansão das empresas municipais;

17. Autonomias Regionais – O PPM valoriza muito as autonomias regionais e considera que existe espaço para o seu aperfeiçoamento, nomeadamente no reforço das suas competências. Os Açores e a Madeira significam cerca de 80% do espaço de soberania nacional e representam um enorme potencial para o futuro. Nesse sentido, defendemos uma resposta positiva às aspirações autonomistas dos povos madeirense e açoriano. Nomeadamente, consideramos que a Lei de Finanças Regionais deve ser blindada constitucionalmente, no sentido de proteger as regiões da instabilidade decorrente da alteração das conjunturas partidárias hegemónicas no Governo da República.

18. Democracia e Referendo de Regime – Em democracia, a natureza e a arquitectura do Estado devem ser referendáveis. Em Portugal não é! Na Espanha, tal como nas restantes monarquias europeias, a monarquia é referendável. A nossa República não permite, de acordo com as normas constitucionais em vigor, que o povo português possa ser livremente consultado a respeito do sistema político que prefere. Não parece democrático. E de facto não é!

Nestas eleições, o Partido Popular Monárquico colocará fortemente em causa o actual sistema republicano. Queremos obter a liberdade de escolha para o Povo português.

Monarquia ou República? Exigimos o direito a poder escolher. Exigimos liberdade e democracia!

19. Políticas Sociais – O PPM considera crucial incrementar os apoios aos sectores mais desfavorecidos da sociedade portuguesa. O essencial do desperdício está na

PARTIDO POPULAR MONARQUIACO

ligação tentacular e parasitária dos partidos hegemónicos à administração estatal e municipal e não ao peso das chamadas políticas sociais (continuamos a ser o país da Europa com as maiores diferenças sociais).

Nesse âmbito consideramos ainda que os que recebem apoios sociais, nomeadamente os que estão inseridos no rendimento social de inserção, devem retribuir à comunidade o esforço que esta faz para ocorrer às suas necessidades. Nesse sentido, defendemos a implementação de um programa de trabalhos cívicos, a tempo parcial, para todos os que beneficiam do RSI e que estão em condições físicas e familiares de poderem desempenhar essas funções (que terão de ser adequadas a cada sujeito);

20. Conjuntura Política – O PPM não considera válidas, para a defesa do interesse nacional, algumas matérias e imposições específicas do Memorando de Entendimento e, no caso de conseguir obter representação parlamentar, votará contra a execução destas medidas no Parlamento. Ao contrário do PSD e do CDS não subscrevemos o memorando e também não o negociámos. Nesse sentido, não nos sentimos vinculados ao seu cumprimento. Assim, defenderemos – no caso de obtermos representação parlamentar – a renegociação do memorando de entendimento.

Nesta perspectiva, votar PPM é, verdadeiramente, votar útil. Com a transformação do CDS e do PSD em partidos liberais, puros e duros, o PPM representa o único espaço da área da AD que continua a localizar-se, do ponto de vista ideológico, no centro e nos valores da social-democracia e da democracia cristã.

Nós somos, nestas eleições, a única garantia de moderação e de negociação no âmbito da área de centro-direita. Perante a fobia liberal do PSD e do CDS, o PPM sente reforçado o seu papel e as perspectivas de crescimento na área moderada, reformista, mas também com um cunho fortemente social, da velha AD.

PARTIDO POPULAR MONARQUIACO